

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

TERMO DE REFERÊNCIA**REQUISIÇÃO DE COMPRAS Nº 214/2025****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'a' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'a' do § 1º do art. 33.

1.1. Contratação de peças e mão de obra mecânica para manutenção preventiva e corretiva dos distribuidores de adubo líquido Fatritol, distribuidores de adubo sólido Fatritol e Piccin, Grades Aradoras Piccin e Tatu, Calcareadeira Piccin e Fatritol, Escarificadores Piccin e Terraceadores Eco Agrícola e Tatu pelo Sistema de Registro de Preços – SRP.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'b' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'b' do § 1º do art. 33.

2.1. O presente Termo de Referência encontra amparo no Estudo Técnico Preliminar em anexo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'c' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'c' do § 1º do art. 33.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este Termo de Referência.

4. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'k' do § 1º do art. 33.

Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'i' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'i' do § 1º do art. 33.

4.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 655.183,60 (seiscentos e cinquenta e cinco, cento e oitenta e três reais com sessenta centavos)**.

4.2. As pesquisas de preços e os parâmetros utilizados para a formação do preço encontram-se no Mapa de Preço em anexo a este Termo de Referência.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 1: PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS DISTRIBUIDORES ADUBO LÍQUIDO FATRITOL PATRIMÔNIO Nº 43561 – 43560 – 43559 – 43434 – 44082 – 44079 – 44020 – 43564 – 43563 – 43562.						
1	612349	BOMBA DE ANEL LÍQUIDO VACLL	UNIDADE	2	R\$ 16.625,00	R\$ 33.250,00
2	451468	MANGUEIRA SUCÇÃO AZUL 4"	METROS	20	R\$ 228,00	R\$ 4.560,00
3	600822	RODA ARO 20 900-20	UNIDADE	4	R\$ 826,50	R\$ 3.306,00
4	240249	ROLAMENTO CUBO	UNIDADE	10	R\$ 365,00	R\$ 3.650,00
5	469656	RETENTOR CUBO	UNIDADE	10	R\$ 152,00	R\$ 1.520,00
6	611762	REGISTRO ABRE / FECHA	UNIDADE	5	R\$ 912,00	R\$ 4.560,00



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

7	451643	CONECTOR ENTRADA MANG	UNIDADE	10	R\$ 475,00	R\$ 4.750,00
8	606791	CORREIA DA BOMBA B76	UNIDADE	10	R\$ 232,00	R\$ 2.320,00
9	469010	CUBO COMPLETO	UNIDADE	5	R\$ 1.140,00	R\$ 5.700,00
10	443419	VISOR DE NIVEL	UNIDADE	10	R\$ 114,00	R\$ 1.140,00
11	601186	REPARO PISTÃO DA TAMPA	UNIDADE	4	R\$ 285,00	R\$ 1.140,00
12	431863	REGISTRO GAVETA ABER TOTAL	UNIDADE	2	R\$ 2.850,00	R\$ 5.700,00
13	451468	MANGUEIRA AZUL 2"	METROS	10	R\$ 97,50	R\$ 975,00
14	603206	ROTOR DA BOMBA FAT250	UNIDADE	2	R\$ 4.275,00	R\$ 8.550,00
15	610557	EIXO DO ROTOR BOMBA FAT250	UNIDADE	2	R\$ 3.610,00	R\$ 7.220,00
16	611503	FLANGE SEPARADORA FAT250	UNIDADE	2	R\$ 3.515,00	R\$ 7.030,00
17	247804	JOGO ANEL VEDAÇÃO FAT 250	UNIDADE	5	R\$ 285,00	R\$ 1.425,00
18	247740	REPARO FAT 250	UNIDADE	5	R\$ 675,00	R\$ 3.375,00
19	12670	MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DO DISTRIBUIDORES LÍQUIDOS FATRITOL FROTA MUNICIPAL	HORA	40	R\$ 256,50	R\$ 10.240,00
TOTAL						R\$ 110.431,00
LOTE 2: PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS TERRACEADORES PATRIMONIO Nº 44016 - 43432 - 43431. MARCA ECO AGRÍCOLA E TATU						
20	259592	EIXO 1.3/4" P/8 DISCOS 1071217	UNIDADE	2	R\$ 1.425,00	R\$ 2.850,00
21	259592	EIXO 1.3/4" P/4 DISCOS 1024648	UNIDADE	2	R\$ 950,00	R\$ 1.900,00
22	428535	DISCO CONCAVO LISO 26" 6MM - 8990863	UNIDADE	10	R\$ 998,00	R\$ 9.980,00
23	475650	MANCAL - 8983055	UNIDADE	5	R\$ 1.520,00	R\$ 7.600,00

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

24	428535	ENCOSTO DISCO INTERNO 1.3/4 - 8983054	UNIDADE	4	R\$ 379,00	R\$ 1.516,00
25	428535	ENCOSTO DISCO EXTERNO 1.3/4" - 8983053	UNIDADE	4	R\$ 361,00	R\$ 1.444,00
26	613247	PORCA EIXO - 8982389	UNIDADE	4	R\$ 94,50	R\$ 378,00
27	476659	TRAVA PORCA 8982389	UNIDADE	4	R\$ 94,50	R\$ 378,00
28	608068	SEPARADOR 450MM - 8995976	UNIDADE	2	R\$ 798,00	R\$ 1.596,00
29	608068	SEPARADOR 90MM - 1024650	UNIDADE	2	R\$ 332,50	R\$ 665,00
30	259592	EIXO 2 P /7 DISCOS 8998829	UNIDADE	2	R\$ 1.825,00	R\$ 3.650,00
31	259592	EIXO 2 P/3 DISCOS 8983042	UNIDADE	2	R\$ 950,00	R\$ 1.900,00
32	475650	MANCAL - 8999312	UNIDADE	4	R\$ 1.520,00	R\$ 6.080,00
33	428535	DISCO CONCAVO LISO 28" 6MM - 8988877	UNIDADE	5	R\$ 950,00	R\$ 4.750,00
34	428535	ENCOSTO DISCO EXTERNO 2" - 8982387	UNIDADE	2	R\$ 372,00	R\$ 744,00
35	428535	ENCOSTO DISCO INTERNO 2" 8983052	UNIDADE	2	R\$ 265,00	R\$ 530,00
36	613247	PORCA EIXO 2" 8983051	UNIDADE	4	R\$ 142,50	R\$ 570,00
37	476659	TRAVA PORCA 2" 1035883	UNIDADE	4	R\$ 149,50	R\$ 598,00
38	12670	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS TERRACEADORES.	HORA	70	R\$ 275,00	R\$ 19.250,00
TOTAL						R\$ 66.379,00
LOTE 3: PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CALCAREADEIRA PATRIMÔNIO Nº 42942 – 42941 - 42940 – 42939 – 42946 – 42945 – 42944 – 42943 – 23277 – 23276 – 44019 – 44018 – 44017. MARCA PICCIN E FATRITOL						
39		ESTEIRA EM AÇO 800MM DE LARGURA - PSJ 01621	UNIDADE	5	R\$ 9.025,00	R\$ 45.125,00
40		PALHETA ESPALHADOR MFN00032	UNIDADE	20	R\$ 162,00	R\$ 3.240,00
41	428535	DISCO ESPALHADOR DIREITO MCH00823	UNIDADE	5	R\$ 368,00	R\$ 1.840,00



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

42	428535	DISCO ESPALHADOR ESQUERDO MCH00824	UNIDADE	5	R\$ 368,00	R\$ 1.840,00
43	606791	CORREIA TRANSMISSÃO ESPARRAMADOR CCO00017	UNIDADE	15	R\$ 313,50	R\$ 4.702,50
44	240249	ROLAMENTO EIXO – CRO00010	UNIDADE	10	R\$ 338,00	R\$ 3.380,00
45	476668	EIXO CARDAN PRINCIPAL PRT00098	UNIDADE	5	R\$ 499,00	R\$ 2.495,00
46	611027	PARAFUSO PALHETA C/POLPA CPA00039	UNIDADE	70	R\$ 14,50	R\$ 1.015,00
47	240249	ROLAMENTO DE DISCO ESPALHADOR CRO 0008	UNIDADE	12	R\$ 95,00	R\$ 1.140,00
48	476668	EIXO CARDAN SECUNDARIO PRT 00100	UNIDADE	5	R\$ 705,00	R\$ 3.525,00
49	475650	MANCAL COMPLETO – CMA00050	UNIDADE	4	R\$ 1.065,00	R\$ 4.260,00
50	445258	JUNTA AGRÍCOLA UNIVERSAL CEC 00019	UNIDADE	4	R\$ 798,00	R\$ 3.192,00
51	466999	ENGRENAGEM MOTORA 7 DENTES - MFN00075	UNIDADE	5	R\$ 380,00	R\$ 1.900,00
52	259592	EIXO DISCO ESPALHADOR PRT 00097	UNIDADE	5	R\$ 313,50	R\$ 1.567,50
53	259592	EIXO TRASEIRO ESTEIRA PRT 00114	UNIDADE	5	R\$ 779,00	R\$ 3.895,00
54	475650	MANCAL NP 207 CFC00134	UNIDADE	5	R\$ 294,50	R\$ 1.472,50
55	475650	MANCAL NP 204 CFC00014	UNIDADE	5	R\$ 237,50	R\$ 1.187,50
56	476668	LUVA CARDAN CC20	UNIDADE	5	R\$ 190,00	R\$ 950,00
57	476668	LUVA CARDAN CC21	UNIDADE	5	R\$ 180,50	R\$ 902,50
58	476668	LUVA CARDAN CC22	UNIDADE	5	R\$ 180,50	R\$ 902,50
59	245634	CRUZETA CC36	UNIDADE	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
60	476668	TUBO DE CARDAN CC28	UNIDADE	5	R\$ 245,00	R\$ 1.225,00
61	476668	FERRO DE CARDAN CC29	UNIDADE	5	R\$	R\$ 1.310,00

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

					262,00	
62	12670	MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE CALCAREADEIRA PICCIN	HORA	60	R\$ 275,00	R\$ 16.500,00
TOTAL						R\$ 109.317,00
LOTE 4: PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE GRADES ARADORAS PATRIMÔNIO Nº 27534 – 26609 – 26372 – 27535 – 26373 – 26613 – 26609 – 18906 – 26611 – 26590 – 26576. MARCA PICCIN E TATU						
63	428535	DISCO GRADE ARADORA 28 POLEGADAS 6MM GROSSURA	UNIDADE	20	R\$ 1.015,00	R\$ 20.300,00
64	428535	DISCO GRADE ARADORA 26 POLEGADAS 6 MM GROSSURA	UNIDADE	20	R\$ 965,00	R\$ 19.300,00
65	475650	MANCAL GRADE ARADORA 1.5/8 X 262MM	UNIDADE	15	R\$ 930,00	R\$ 13.950,00
66	475650	MANCAL GRADE ARADORA 1.5/8 X 243MM	UNIDADE	15	R\$ 915,00	R\$ 13.725,00
67	611027	PARAFUSO MANCAL GRADE COMPLETO 3/4X3NC	UNIDADE	40	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00
68	608068	SEPARADOR DISCO 1.5/8X262MM	UNIDADE	15	R\$ 198,00	R\$ 2.970,00
69	608068	SEPARADOR DISCO 15/8X243MM	UNIDADE	15	R\$ 180,00	R\$ 2.700,00
70	613247	PORCA 1.5/8 PESADA EIXO GRADE ARADORA	UNIDADE	20	R\$ 52,00	R\$ 1.040,00
71	259592	EIXO GRADE ARADORA 1.5/8X 2,10 METROS	UNIDADE	12	R\$ 685,00	R\$ 8.220,00
72	259592	EIXO GRADE ARADORA 1.5/8X 1,585 METROS	UNIDADE	12	R\$ 675,00	R\$ 8.100,00
73	476504	LIMPADOR ESQUERDO GRADE ARADORA	UNIDADE	15	R\$ 210,00	R\$ 3.150,00
74	476504	LIMPADOR DIREITO GRADE ARADORA	UNIDADE	20	R\$ 215,00	R\$ 4.300,00
75	33898	ARRUELA TRAVA CONCAVA GRADE ARADORA	UNIDADE	10	R\$ 154,50	R\$ 1.545,00
76	33898	ARRUELA TRAVA CONVEXA GRADE ARADORA	UNIDADE	10	R\$ 154,50	R\$ 1.545,00
77	12670	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE GRADES ARADORAS DA	HORA	50	R\$ 255,00	R\$ 12.750,00

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

		FROTA MUNICIPAL.				
TOTAL						R\$ 115.595,00
LOTE 5: PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE ADUBO SOLIDO FATRITOL PATRIMÔNIO Nº 44019 – 44018 – 44017 – 44081 – 44080 – 44020 – 44083.						
78		ESTEIRA DISTRIBUIDORA 80 CM FAT - 800	UNIDADE	4	R\$ 12.350,00	R\$ 49.400,00
79		PALHETA ESPALHADOR - FAT 100	UNIDADE	8	R\$ 224,00	R\$ 1.792,00
80	428535	DISCO DIREITO - FT 55	UNIDADE	5	R\$ 570,00	R\$ 2.850,00
81	428535	DISCO ESQUERDO FAT/1	UNIDADE	5	R\$ 592,00	R\$ 2.960,00
82	606791	CORREIA TRANSMISSÃO C138	UNIDADE	6	R\$ 427,50	R\$ 2.565,00
83	240249	ROLAMENTO DO EIXO PRINCIPAL UC208	UNIDADE	3	R\$ 218,50	R\$ 655,50
84	476668	EIXO CARDAN PRINCIPAL - FAT 001	UNIDADE	3	R\$ 760,00	R\$ 2.280,00
85	611027	PARAFUSO PALHETA C/POLCA	UNIDADE	35	R\$ 28,50	R\$ 997,50
86	240249	ROLAMENTO DISCO ESPALHADOR UC206	UNIDADE	6	R\$ 199,00	R\$ 1.194,00
87	476668	EIXO CARDAN SECUNDÁRIO FAT 002	UNIDADE	3	R\$ 947,00	R\$ 2.841,00
88	475650	MANCAL COMPLETO P-208	UNIDADE	3	R\$ 788,50	R\$ 2.365,50
89	445258	JUNTA UNIVERSAL FAT- 43	UNIDADE	2	R\$ 884,00	R\$ 1.768,00
90	466999	ENGRENAGEM FAT-35	UNIDADE	5	R\$ 637,00	R\$ 3.185,00
91	259592	EIXO DISCO ESPALHADOR FAT- 005	UNIDADE	4	R\$ 570,00	R\$ 2.280,00
92	259592	EIXO TRASEIRO ESTEIRA FAT - 010	UNIDADE	3	R\$ 875,00	R\$ 2.625,00
93	476668	LUVA CARDAN CC20	UNIDADE	5	R\$ 210,00	R\$ 1.050,00
94	476668	LUVA CARDAN CC21	UNIDADE	5	R\$ 210,00	R\$ 1.050,00
95	476668	LUVA CARDAN CC22	UNIDADE	5	R\$	R\$ 1.050,00

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

					210,00	
96	245634	CRUZETA CC36	UNIDADE	10	R\$ 128,25	R\$ 1.282,50
97	476668	TUBO DE CARDAN CC28	UNIDADE	5	R\$ 245,00	R\$ 1.225,00
98	476668	FERRO DE CARDAN CC29	UNIDADE	5	R\$ 262,00	R\$ 1.310,00
99	12670	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DAS CALCAREADEIRA FATRITOL.	HORA	50	R\$ 237,50	R\$ 11.875,00
TOTAL						R\$ 98.601,00
LOTE 6: PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE GRADES ARADORAS, PESADAS COM EIXOS 1.3/4, MARCA PICCIN PATRIMÔNIO Nº 42938 – 42937 – 42936 – 42935.						
100	428535	DISCO GRADE ARADORA 26 POLEGADAS FURO 1.3/4, 6 MM GROSSURA	UNIDADE	15	R\$ 950,00	R\$ 14.250,00
101	475650	MANCAL GRADE ARADORA 1.3/4 X 262MM	UNIDADE	15	R\$ 948,00	R\$ 14.220,00
102	611027	PARAFUSO MANCAL GRADE COMPLETO 3/4X3NC	UNIDADE	15	R\$ 57,50	R\$ 862,50
103	613247	PORCA 1.3/4 PESADA EIXO GRADE ARADORA	UNIDADE	8	R\$ 42,75	R\$ 342,00
104	259592	EIXO GRADE ARADORA 1.3/4X 2,10 METROS	UNIDADE	8	R\$ 598,50	R\$ 4.788,00
105	259592	EIXO GRADE ARADORA 1.3/4X 1,585 METROS	UNIDADE	8	R\$ 674,50	R\$ 5.396,00
106	33898	ARRUELA TRAVA CONCAVA 1.3/4 GRADE ARADORA	UNIDADE	8	R\$ 154,50	R\$ 1.236,00
107	33898	ARRUELA TRAVA CONVEXA 1.3/4 GRADE ARADORA	UNIDADE	8	R\$ 126,35	R\$ 1.010,80
108	12670	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE GRADES ARADORAS DA FROTA MUNICIPAL.	HORA	50	R\$ 275,00	R\$ 13.750,00
TOTAL						R\$ 55.855,30
LOTE 7: PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESCARIFICADORES, MARCA PICCIN PATRIMÔNIO Nº 50405 – 50406 – 50407 – 50408 – 50409 – 50410						
109	230261	SUORTE LATERAL DO ROLETE PSJ 01989	UNIDADE	2	R\$ 950,00	R\$ 1.900,00
110	469010	CUBO PEQUENO 6 FUROS NODULAR PCJ0192	UNIDADE	2	R\$ 525,00	R\$ 1.050,00

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

111	469010	CUBO DO DISCO DE CORTE PCJ000287	UNIDADE	5	R\$ 408,50	R\$ 2.042,50
112	453315	DISCO DE CORTE 18" CDI00045	UNIDADE	5	R\$ 299,70	R\$ 1.498,50
113		FUSO DA MOLA PSJ03355	UNIDADE	8	R\$ 248,00	R\$ 1.984,00
114		APOIO DA MOLA CFC00001	UNIDADE	8	R\$ 137,00	R\$ 1.096,00
115	238955	MOLA DO DISCO DE CORTE CMO00036	UNIDADE	8	R\$ 437,75	R\$ 3.502,00
116	486420	SUPORTE DE FIXAÇÃO DO DISCO	UNIDADE	5	R\$ 998,00	R\$ 4.990,00
117	611027	PARAFUSO 5/8X6.1/2 CPA00159	UNIDADE	15	R\$ 57,50	R\$ 862,50
118	613247	PORCA 5/8	UNIDADE	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
119	238955	MOLA PLANA CMO00035	UNIDADE	2	R\$ 1.610,00	R\$ 3.220,00
120	612690	HASTE EPCR MFN00120	UNIDADE	2	R\$ 1.389,00	R\$ 2.778,00
121	612690	BICO DUPLO DA HASTE PBC01057	UNIDADE	5	R\$ 575,00	R\$ 2.875,00
122	611027	PARAFUSO 1.1/4X6.1/2 CPA00155	UNIDADE	20	R\$ 138,00	R\$ 2.760,00
123	613247	PORCA 1.1.4	UNIDADE	10	R\$ 34,50	R\$ 345,00
124	437120	PINO QUEBRADOR PRL00542	UNIDADE	15	R\$ 85,00	R\$ 1.275,00
125	469010	CUBO DA RODA COMPLETO PCJ002283	UNIDADE	2	R\$ 1.346,00	R\$ 2.692,00
126	607865	PINO SEDE PLANA PSJ02093	UNIDADE	5	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00
127	12670	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE GRADES ARADORAS DA FROTA MUNICIPAL	HORA	50	R\$ 235,00	R\$ 11.750,00
TOTAL						R\$ 48.720,50

LOTE 8: PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE GRADES ARADORAS PATRIMÔNIO. MARCA PICCIN.**2 - GAICR 24X28X7,5 E 1 GAICR 28X28X7,5 PATRIMÔNIO Nº 50576 – 50575 – 50574**

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

128	428535	DISCO GRADE ARADORA 28 POLEGADAS 6MM GROSSURA	UNIDADE	8	R\$ 1.085,00	R\$ 8.680,00
129	475650	MANCAL GRADE ARADORA 1.3/4 X 270MM	UNIDADE	8	R\$ 872,10	R\$ 6.976,80
130	611027	PARAFUSO MANCAL GRADE COMPLETO 3/4X3NC	UNIDADE	15	R\$ 49,00	R\$ 735,00
131	608068	SEPARADOR DISCO 1.3/4 X 270 MM	UNIDADE	8	R\$ 210,00	R\$ 1.680,00
132	613247	PORCA 1.3/4 PESADA EIXO GRADE ARADORA	UNIDADE	8	R\$ 52,00	R\$ 416,00
133		LIMPADOR ESQUERDO GRADE ARADORA	UNIDADE	5	R\$ 203,50	R\$ 1.017,50
134		LIMPADOR DIREITO GRADE ARADORA	UNIDADE	7	R\$ 203,50	R\$ 1.424,50
135	33898	ARRUELA TRAVA CONCAVA GRADE ARADORA	UNIDADE	7	R\$ 132,00	R\$ 924,00
136	33898	ARRUELA TRAVA CONVEXA GRADE ARADORA	UNIDADE	7	R\$ 154,50	R\$ 1.081,50
137		PISTÃO HIDRÁULICO	UNIDADE	1	R\$ 3.334,50	R\$ 3.334,50
138	259592	EIXO GRADE ARADORA 1.3/4 PARA 7 DISCOS	UNIDADE	5	R\$ 805,00	R\$ 4.025,00
139	259592	EIXO GRADE ARADORA 1.3/4 PARA 6 DISCOS	UNIDADE	8	R\$ 780,00	R\$ 6.240,00
140	12670	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE GRADES ARADORAS DA FROTA MUNICIPAL	HORA	50	R\$ 275,00	R\$ 13.750,00
TOTAL						R\$ 50.284,80

Código do CATMAT (catálogo padronizado de produtos do Governo Federal).

Os códigos CATMAT informados são aproximados. O fornecedor deverá verificar minuciosamente o descritivo do item, bem como a aplicação a que se destina. Somente serão aceitas as peças específicas para utilização na manutenção dos implementos conforme descritivo do lote.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Federal nº 14.133/21, alínea "j" do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea "j" do § 1º do art. 33.

5.1. A contratação está prevista nas seguintes leis orçamentárias:

PPA – Lei nº 3.374 de 16/12/2025;

LDO – Lei nº 3.329 de 21/07/2025, alterada pelas Leis nº 3.336 de 22/08/2025 e 3.367 de 01/12/2025;



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

LOA – Lei nº 3.258 de 15/12/2025;

Lei Municipal nº 3.085/2023 - Novo Programa Horas Máquina e Incentivo à Produção

5.2. Serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária:

Recurso	
Código Reduzido:	273
Órgão:	7 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO RURAL
Unidade:	2 - Departamento de Agricultura
Ação:	2068 - Atividades do Departamento Administrativo
Vínculo:	505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional
Elemento	33390390000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Subelemento:	33390391700000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos

Recurso	
Código Reduzido:	279
Órgão:	7 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO RURAL
Unidade:	2 - Departamento de Agricultura
Ação:	2069 - Atividades da Central de Fomento à Agricultura
Vínculo:	505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional
Elemento	33390300000000000000 - Material de consumo
Subelemento:	33390302500000000000 - Material para manutenção de bens móveis

6. CONTRATAÇÃO DE ME/EPP

Lei Federal nº 14.133/21, artigo 4º e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IV do art. 34.

6.1. Será observado, quando do lançamento do processo licitatório, a IMPOSSIBILIDADE de divisão daqueles itens que superarem o montante de R\$ 80.000,00 em cotas de 25% para fins de aplicação do artigo nº 76 do Decreto Municipal nº 95/2023:

Art. 76. Para cumprimento do contido no artigo 47 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Administração deverá:

I - realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja aquele previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'h' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'h' do § 1º do art. 33.

7.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

7.2. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

7.3. Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros.

7.4. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

7.5. Os produtos estarão sujeitos à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeito funcionamento.

7.6. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Termo de Referência, o fornecedor deverá providenciar a substituição dos produtos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Se houver diferença entre as quantidades definidas em Contrato e as efetivamente entregues, o fornecedor deverá providenciar a complementação necessária no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, contados do recebimento da notificação.

7.8. Os materiais serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos;

7.9. As entregas deverão ser realizadas pelo fornecedor, sendo vedada a entrega por transportadoras sem que um representante do fornecedor se faça presente.

7.10. As entregas deverão ser agendadas previamente com a Comissão de Recebimento e com o Fiscal de contrato, nos horários das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

7.11. As peças deverão ter garantia de 90 (noventa) dias da emissão da Nota Fiscal;

7.12. A mão de obra deverá ter garantia mínima de 90 (noventa) dias da data de emissão da Nota Fiscal;

7.13. Para a assinatura do contrato, em até 05 (cinco) dias após a homologação do processo, a contratada deverá apresentar comprovante de vínculo e certificado de capacitação do profissional responsável pela execução dos serviços.

7.13.1. A comprovação de vínculo com o profissional poderá ser demonstrada através do Contrato Social (caso o profissional seja membro do quadro societário), Cópia do Registro da Carteira de Trabalho ou documento equivalente.

7.13.2. O profissional indicado poderá comprovar a formação através da apresentação de Certificados, Diplomas ou documento equivalente.

7.14. Os serviços relacionados a mão de obra deverá ser sediado no Estado de Paraná a distância não superior a 100 km deste município;

7.15. Caso seja necessário o deslocamento da máquina para efetuar o conserto, as despesas com transporte ficam por conta da contratada;

7.16. A entrega será conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento Rural.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'e' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'e' do § 1º do art. 33.

8.1. O prazo para entrega do objeto será de até 20 (vinte) dias, contados da emissão da ordem de compra/contrato.

8.2. A vigência de cada ordem de compra/contrato é de 90 (noventa) dias a contar da data de emissão da mesma.

8.3. O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do §1º do art. 71 do Decreto Municipal nº 96/2023.

8.4. Os serviços e reposição de manutenção preventiva e corretiva deverá ser conforme necessidade da Secretarias que será realizadas nas Sub Prefeitura onde estão os implementos.

8.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar formalmente ao Fiscal de Contrato, as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.6. As ordens de compra serão feitas quinzenalmente / mensalmente (dependendo da situação, como são peças de reposição e mão de obra, não tem como definir extamente quando os implementos acabam estragando).



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. São obrigações do **CONTRATANTE**:

9.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

9.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital, da proposta e do contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.2.6. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital, seus anexos e no contrato;

9.2.7. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;

9.2.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.2.9. Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

9.2.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

9.3. São obrigações da **CONTRATADA**:

9.3.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, bem como do contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

9.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/90);

9.3.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.3.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

9.3.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no SICAF, conforme legislação vigente;

9.3.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.3.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

- 9.3.9.1.** Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 9.3.9.2.** Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 9.3.9.3.** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133/21;
- 9.3.10.** Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz. No caso de o Estudo Técnico Preliminar apontar a necessidade de aquisição de bens ambiental e socialmente sustentáveis (nos termos do previsto no art. 361 do Decreto n.º 10.086, de 2022) deverá ser incluído item que trate da adoção de práticas de sustentabilidade:
- 9.3.11.** Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:
- 9.3.11.1.** Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- 9.3.11.2.** Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 9.3.11.3.** Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 9.3.11.4.** Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 9.3.13.** Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a refazer aquele que apresentar falhas ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- 9.3.14.** No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital, o fornecedor deverá refazer os serviços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
- 9.3.15** Adicionalmente, será de responsabilidade da contratada o cumprimento dos critérios de coleta e entrega dos implementos:
- 9.3.15.1** Os serviços relacionados a mão de obra deverá ser sediado no Estado de Paraná a distância não superior a 100 km deste município;
- 9.3.15.2** Caso seja necessário o deslocamento da máquina/implemento para efetuar a manutenção ou reparo, as despesas com transporte ficam por conta da contratada;
- 9.3.15.3** As coletas e entregas serão conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento Rural e poderão ocorrer em todo o território municipal.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E REGRAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'f' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alíneas 'f' e 'l' do § 1º do art. 33.

10.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, verificando o cumprimento das exigências de caráter técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá, no prazo de 10 (dez) dias, por servidor ou comissão designada por autoridade competente, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.3.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.2. DA GESTÃO

10.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou termo aditivo.

10.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.2.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.2.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.3. Constituem atribuições do FISCAL DO CONTRATO:

10.3.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.3.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.3.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.3.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.3.6. Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

10.3.7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.3.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.3.9. Deverá ainda, ser observado o disposto no artigo 20 do Decreto Municipal nº 92/2023.

10.3.10. Fica designado como Fiscal de Contrato os servidores Roberto Antônio Binko – (45) 3268-8283 – roberto.binko@santahelena.pr.gov.br / Carlos Cesar Polla – (45) 3268-8292 – carlos.polla@santahelena.pr.gov.br / Gyordane Peletti Kussler – (45) 3268-8287 - gyordane.peletti@santahelena.pr.gov.br

10.4. Constituem atribuições do GESTOR DO CONTRATO:

10.4.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.4.2. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.4.3. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.4.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.4.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.4.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.4.7 Deverá ainda, ser observado o disposto no artigo 19 do Decreto Municipal nº 92/2023.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DE PAGAMENTO E DE REAJUSTE

Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'g' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alíneas 'g' e 'o' do § 1º do art. 33.

11.1. Liquidação

11.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de verificação e ateste do fiscal e gestor de contrato prorrogáveis por igual período.

11.1.2. Deverá ser verificado se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

10.1.4. As notas fiscais deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.
- b) Laudo circunstanciado dos serviços realizados em cada implemento e periodicidade da realização dos serviços quando se referir ao mesmo implemento, emitido pelo fiscal de contrato.
- c) Laudo de entrega técnica, assinado pelo responsável pelo recebimento do implemento após o reparo/manutenção.
- d) Certificado de Garantia dos Serviços, em folha timbrada, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, contendo a descrição dos serviços realizados e peças substituídas.

11.1.5. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município De Santa Helena, CNPJ nº 76.206.457/0001-19, Rua Paraguai nº 1401, Centro, Santa Helena/PR, constando número da licitação, do contrato ou ordem de compra e do Convênio, se for o caso.

11.1.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.1.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.1.6.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.1.6.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.1.6.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

a) Será permitido o pagamento sem a devida regularidade uma única vez durante a execução contratual.

11.1.7. O município de Santa Helena poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

11.1.7.1 No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no item 11.1.7.

11.1.7.2. O contido no item 11.1.7 e 11.1.7.1 será objeto de investigação através do competente processo administrativo;

11.1.8. Após o ateste do fiscal e gestor do contrato, os documentos elencados deverão ser enviados para a Secretaria Municipal de Finanças para fins de liquidação, a qual deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias.

11.2. Prazo de pagamento

11.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.2.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.3. Forma de pagamento

11.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada ou por meio de boleto em favor da contratada.

11.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.4. DO REAJUSTAMENTO.

11.4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001 e Decreto Municipal nº 98/2023, utilizando-se o índice INPC acumulado dos últimos 12 meses.

11.4.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

11.4.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.4.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

11.4.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

11.4.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

11.4.5. No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto nos artigos 8º a 14 do Decreto Municipal nº 98/2023.

12. SUBCONTRATAÇÃO

Lei Federal nº 14.133/21, artigo 122 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 34.

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'm' do § 1º do art. 33.

13.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)

13.1.1. As peças deverão ter garantia de 90 (noventa) dias da emissão da Nota Fiscal;

13.1.2. A mão de obra deverá ter garantia mínima de 90 (noventa) dias da data de emissão da Nota Fiscal;

13.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

13.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

13.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

13.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. SUSTENTABILIDADE

Lei Federal nº 14.133/21, artigo 5º e inciso IV do art. 11 e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'n' do § 1º do art. 33 e inciso III do art. 34.

14.1. Espera-se com esta nova contratação: Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;

Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição;

14.2. Garantir a boa execução dos serviços contratados, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;

14.3. Atendimento da necessidade do serviço de manutenções dos implementos agrícolas.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Lei Federal nº 14.133/21, artigo 155 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 34.

15.1. A **multa** poderá ser aplicada em conjunto com todas as demais sanções.

15.2. Aplicação de advertência acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a Lei quando não se justifica aplicação de sanção mais grave	Multa de 1% do valor do contrato + advertência
inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave	Multa de 3% do valor do contrato + advertência
Atraso na entrega de até 30 dias	Multa de mora diária de até 0,5%, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

	atraso
--	--------

15.3. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e multa deverá observar o disposto no art. 62 do Decreto Municipal nº 98/2023.

15.4. Aplicação de impedimento de licitar e contratar, acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração.	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar
Inexecução total do contrato.	Multa de 30% do valor do contrato + impedimento de licitar
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	Multa de 10% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não manter proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa de 10% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa de 20% do valor do contrato + impedimento de licitar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Multa de 15% do valor do contrato + impedimento de licitar

15.5. Aplicação de declaração de inidoneidade, acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa de 20% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013	Multa de 30% do valor do contrato + declaração de inidoneidade

15.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá observar o disposto no art. 63 e seguintes do Decreto Municipal nº 98/2023.

15.7. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846/2013.

15.8. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná, conforme art. 84 do Decreto Municipal nº 98/2023.

15.9. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

16. ALOCAÇÃO DE RISCOS

Lei Federal nº 14.133/21, artigo 103 e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea inciso VII do art. 35.

16.1. Cada máquina agrícola tem sua especificidade e algumas características da manutenção podem ser diferentes, como: época ideal de manutenção; número de manutenções ao longo do ano; tempo de



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

execução da atividade de manutenção; número de peças a serem verificados; custo de manutenção; Necessidade de peças em estoque; necessidade de mão-de-obra especializada. Dessa forma, considere todas essas etapas para fazer um bom planejamento e conseguir economizar com a manutenção das máquinas.

16.2. O planejamento consiste principalmente em: organizar todas essas informações; fazer uma previsão de melhores épocas; levantar os insumos necessários; contratar ou alocar mão-de-obra; executar a atividade em tempo hábil para seu uso.

16.3. A eficiência e sucesso das atividades agrícolas é extremamente dependente das máquinas agrícolas. O bom estado operacional de máquinas pode ser decisivo no sucesso das atividades no campo. É crucial que elas estejam em condições ideais de operação quando sejam requeridas e possam performar as atividades com qualidade e segurança.

16.4. As manutenções preventivas atuam nesse sentido, permitindo que as máquinas sejam avaliadas quanto às suas peças e sistemas e a necessidade de conserto ou troca.

Santa Helena-PR, 05 de janeiro de 2026.

MAURITA DE OLIVEIRA
DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

CIENTE E DE ACORDO,

DANIEL ANTONIO MORO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO RURAL